



Demonstrações contábeis intermediárias em
30 de junho de 2014

Gerência de Contabilidade

Conteúdo

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações de resultados	7
Demonstrações de resultados abrangentes	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Demonstrações do valor adicionado	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras	12



KPMG Auditores Independentes
R. Paraíba, 550 - 12º andar - Funcionários
30130-140 - Belo Horizonte, MG - Brasil
Caixa Postal 3310
30130-970 - Belo Horizonte, MG - Brasil

Central Tel 55 (31) 2128-5700
Fax 55 (31) 2128-5702
Internet www.kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR

Aos Administradores e Acionistas da
Ferrovias Centro Atlântica S.A.
Belo Horizonte - MG

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Ferrovias Centro Atlântica S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2014, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para o período de três e seis meses findos em 30 de junho de 2014 e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o CPC 21(R1) e com a norma internacional IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC

21(R1) aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfase

Conforme mencionado na nota explicativa nº 3.1, em 03 de julho de 2013, a Agência Nacional de Transporte Terrestre (“ANTT”), por meio da Resolução 4.131, alterada pela resolução 4.160 de 26 de agosto de 2013, autorizou a Ferrovia Centro-Atlântica S.A. a devolver aproximadamente 3.800 (três mil e oitocentos) quilômetros de trechos que compõem a malha ferroviária sob sua concessão atual, dos quais 07 (sete) trechos são considerados “antieconômicos” e 06 (seis) trechos “economicamente viáveis”. De acordo com a administração da companhia as possíveis mutações patrimoniais decorrentes deste assunto somente poderão ser registradas após revisão e aprovação dos aditivos contratuais e, também, da efetiva transferência de posse dos bens patrimoniais, incluindo as novas licitações a serem divulgadas pelo Poder Concedente. Estas medidas não aconteceram até o término dos nossos trabalhos. Nenhum ajuste foi incluído nas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas em função deste assunto. Nossa opinião não contém ressalva quanto a este assunto.

Chamamos a atenção para o fato que parte substancial das operações de vendas e compras de serviços, operações de financiamentos referentes aos adiantamentos para futuro aumento de capital e operação de cessão de créditos fiscais da Companhia são realizadas com partes relacionadas, conforme descrito na nota explicativa nº 3.29 às informações contábeis intermediárias. Portanto, as informações contábeis intermediárias acima referidas devem ser lidas neste contexto. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as Demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2014, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

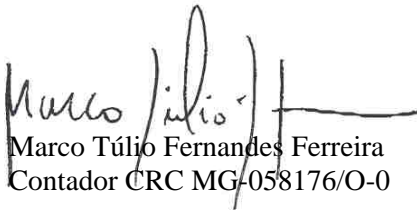


Revisão dos valores correspondentes aos trimestres anteriores

Os valores correspondentes, individuais e consolidados, relativos ao balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e às informações contábeis intermediárias relativas às demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado (informação suplementar), referentes aos períodos de três e seis meses findos em 30 de junho de 2013, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados e revisados, respectivamente, por outros auditores independentes que emitiram relatórios datados em 21 de março de 2014 e 26 de julho de 2013, respectivamente, que não contiveram qualquer modificação.

Belo Horizonte, 08 de agosto de 2014

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-MG



Marco Túlio Fernandes Ferreira
Contador CRC MG-058176/O-0

2- DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2.1 - Balanços patrimoniais

Em milhares de Reais

	Notas	Controladora		Consolidado	
		30/06/2014	31/12/2013	30/06/2014	31/12/2013
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	3.5	9.693	15.619	9.693	15.619
Contas a receber	3.6	314.080	198.628	314.080	198.628
Estoques	3.7	57.488	63.653	57.488	63.653
Tributos a recuperar	3.8	26.764	31.752	26.764	31.752
Despesas antecipadas	3.9	20.024	7.537	20.024	7.537
Demais contas a receber	3.10	51.635	24.032	51.635	24.032
		<u>479.684</u>	<u>341.221</u>	<u>479.684</u>	<u>341.221</u>
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Despesas antecipadas	3.9	20.378	21.290	20.378	21.290
Depósitos judiciais	3.11	147.748	131.042	147.748	131.042
Tributos a recuperar	3.8	12.068	5.187	12.068	5.187
Imposto de Renda e Contribuição social diferidos	3.27	118.130	118.130	118.130	118.130
Partes relacionadas	3.30	248.021	248.021	247.627	247.627
Contas a receber da União	3.11(a)	61.708	53.493	61.708	53.493
Imobilizado	3.12	831.213	812.588	831.213	812.588
Intangível	3.13	2.388.363	2.324.205	2.388.363	2.324.205
		<u>3.827.629</u>	<u>3.713.956</u>	<u>3.827.235</u>	<u>3.713.562</u>
Total do ativo		<u><u>4.307.313</u></u>	<u><u>4.055.177</u></u>	<u><u>4.306.919</u></u>	<u><u>4.054.783</u></u>
Passivo e patrimônio líquido					
Circulante					
Fornecedores	3.14	125.505	114.582	125.505	114.582
Obrigações fiscais	3.15	25.180	19.691	25.180	19.691
Obrigações sociais e trabalhistas	3.16	58.831	91.620	58.831	91.620
Arrendamento e concessões a pagar	3.17	40.020	39.915	40.020	39.915
Provisões operacionais	3.18	25.489	25.060	25.095	24.666
Receitas diferidas	3.21	84.931	317	84.931	317
Demais contas a pagar	3.19	11.181	13.619	11.181	13.619
		<u>371.137</u>	<u>304.804</u>	<u>370.743</u>	<u>304.410</u>
Não circulante					
Provisão para contingências	3.11	72.469	76.326	72.469	76.326
Receitas diferidas	3.21	3.488	3.646	3.488	3.646
Adiantamentos para futuro aumento de capital - AFAC	3.20	2.343.273	2.140.333	2.343.273	2.140.333
Demais contas a pagar	3.19	3.223	895	3.223	895
		<u>2.422.453</u>	<u>2.221.200</u>	<u>2.422.453</u>	<u>2.221.200</u>
Patrimônio líquido					
Capital social	3.22	1.722.966	1.722.966	1.722.966	1.722.966
Ajustes de Avaliação Patrimonial	3.30	(231)	(231)	(231)	(231)
Prejuízos acumulados		(209.012)	(193.562)	(209.012)	(193.562)
		<u>1.513.723</u>	<u>1.529.173</u>	<u>1.513.723</u>	<u>1.529.173</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u><u>4.307.313</u></u>	<u><u>4.055.177</u></u>	<u><u>4.306.919</u></u>	<u><u>4.054.783</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

2.2 - Demonstrações do resultado

Em milhares de Reais, exceto prejuízo por ação

	Notas	Controladora			
		Período de 3 meses findos em		Período de 6 meses findos em	
		30/06/2014	30/06/2013	30/06/2014	30/06/2013
Operações continuadas					
Receita líquida de serviços vendidos	3.23	401.106	332.643	728.349	608.582
Custo dos serviços vendidos	3.24	(380.776)	(370.265)	(728.227)	(707.764)
Prejuízo bruto		20.330	(37.622)	122	(99.182)
Receitas (despesas) operacionais					
Com vendas	3.25 (a)	(27)	(31)	(50)	(45)
Gerais e administrativas	3.25 (b)	860	10.574	(2.697)	(2.114)
Outras (despesas) receitas, líquidas	3.25 (c)	(7.898)	(12.834)	(10.991)	(44.004)
		(7.065)	(2.291)	(13.738)	(46.163)
Prejuízo do período das operações continuadas		13.265	(39.913)	(13.616)	(145.345)
Resultado financeiro					
	3.26	2.622	1.441	(1.834)	(45)
Despesas financeiras		(1.149)	(1.744)	(5.049)	(5.801)
Receitas financeiras		748	834	2.294	1.879
Receitas (despesas) com variação monetária/cambial		3.023	2.351	921	3.877
Imposto de renda e contribuição social		-	-	-	-
Prejuízo do período		15.887	(38.472)	(15.450)	(145.390)
Lucro líquido (prejuízo) básico e diluído por ação atribuídos aos acionistas (expresso em R\$ por lote de mil ações – Nota 3.23 (b))		0,08	(0,18)	(0,07)	(0,69)

	Notas	Consolidado			
		Período de 3 meses findos em		Período de 6 meses findos em	
		30/06/2014	30/06/2013	30/06/2014	30/06/2013
Operações continuadas					
Receita líquida de serviços vendidos	3.23	401.106	332.643	728.349	608.582
Custo dos serviços vendidos	3.24	(380.776)	(370.265)	(728.227)	(707.764)
Prejuízo bruto		20.330	(37.622)	122	(99.182)
Receitas (despesas) operacionais					
Com vendas	3.25 (a)	(27)	(31)	(50)	(45)
Gerais e administrativas	3.25 (b)	860	10.574	(2.697)	(2.114)
Outras (despesas) receitas, líquidas	3.25 (c)	(7.898)	(12.834)	(10.991)	(44.004)
		(7.065)	(2.291)	(13.738)	(46.163)
Prejuízo do período das operações continuadas		13.265	(39.913)	(13.616)	(145.345)
Resultado financeiro					
	3.26	2.622	1.441	(1.834)	(45)
Despesas financeiras		(1.149)	(1.744)	(5.049)	(5.801)
Receitas financeiras		748	834	2.294	1.879
Receitas (despesas) com variação monetária/cambial		3.023	2.351	921	3.877
Imposto de renda e contribuição social		-	-	-	-
Prejuízo do período		15.887	(38.472)	(15.450)	(145.390)
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação atribuídos aos acionistas (expresso em R\$ por lote de mil ações – Nota 3.23 (b))		0,08	(0,18)	(0,07)	(0,69)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

2.3 - Demonstrações do resultado abrangente

Em milhares de Reais

	Controladora			
	Período de 3 meses findos em		Período de 6 meses findos em	
	30/06/2014	30/06/2013	30/06/2014	30/06/2013
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	15.887	(38.472)	(15.450)	(145.390)
Total do resultado abrangente do exercício	15.887	(38.472)	(15.450)	(145.390)

	Consolidado			
	Período de 3 meses findos em		Período de 6 meses findos em	
	30/06/2014	30/06/2013	30/06/2014	30/06/2013
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	15.887	(38.472)	(15.450)	(145.390)
Total do resultado abrangente do exercício	15.887	(38.472)	(15.450)	(145.390)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

2.4 - Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Em milhares de Reais

Controladora e Consolidado

	Capital social	Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
Em 01 de janeiro de 2013	1.722.966	-	(350.011)	1.372.955
Resultado do exercício				
Prejuízo do período		-	(145.390)	(145.390)
Total do resultado		-	(145.390)	(145.390)
Em 30 de junho de 2013	1.722.966	-	(495.401)	1.227.565
Em 01 de janeiro de 2014	1.722.966	(231)	(193.562)	1.529.173
Resultado do exercício				
Prejuízo do período			(15.450)	(15.450)
Total do resultado		-	(15.450)	(15.450)
Em 30 de junho de 2014	1.722.966	(231)	(209.012)	1.513.723

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

2.5 - Demonstrações dos fluxos de caixa

Em milhares de Reais

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2014	30/06/2013	30/06/2014	30/06/2013
Fluxos de caixa das atividades operacionais:				
Prejuízo do período	(15.450)	(145.390)	(15.450)	(145.390)
Ajustes:				
Depreciação e amortização	124.469	104.396	124.469	104.396
Constituição (reversão) provisão para perdas e contingências	(4.357)	(5.509)	(4.357)	(5.509)
Despesas com variação monetária/cambial, líquidas	(921)	(3.877)	(921)	(3.877)
Despesas de arrendamento pagas antecipadamente	912	912	912	912
Ganho (perda) na alienação de ativo imobilizado	1.972	649	1.972	649
Receitas diferidas	84.456	(47.414)	84.456	(47.414)
Despesa da obrigação de benefício	621		621	-
	191.702	(96.233)	191.702	(96.233)
Variações nos ativos e passivos				
Contas a receber	(121.785)	(134.014)	(121.785)	(134.014)
Estoques	6.034	2.094	6.034	2.094
Tributos a recuperar	(2.074)	9.028	(2.074)	9.028
Despesas pagas antecipadamente	(12.487)	(5.287)	(12.487)	(5.287)
Outros ativos	(27.603)	(8.458)	(27.603)	(8.458)
Depósitos judiciais	(12.175)	(799)	(12.175)	(799)
Fornecedores	5.244	123.578	5.244	123.578
Obrigações fiscais	6.487	(5.672)	6.487	(5.672)
Obrigações sociais e trabalhistas	(32.789)	(17.858)	(32.789)	(17.858)
Arrendamento e concessões a pagar	105	41	105	41
Outros passivos	(302)	93.715	(302)	93.715
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais	357	(39.865)	357	(39.865)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Compra de ativo imobilizado e intangível	(209.423)	(341.388)	(209.423)	(341.388)
Recebimento pela venda de imobilizado	200	136	200	136
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(209.223)	(341.252)	(209.223)	(341.252)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Adiantamento para futuro aumento de capital	202.940	239.955	202.940	239.955
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	202.940	239.955	202.940	239.955
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquido	(5.926)	(141.162)	(5.926)	(141.162)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	15.619	159.817	15.619	159.817
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	9.693	18.655	9.693	18.655

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

2.6 - Demonstrações do valor adicionado

Em milhares de Reais

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2014	30/06/2013	30/06/2014	30/06/2013
Receitas				
Vendas brutas de serviços	845.535	708.142	845.535	708.142
Outras receitas	28.335	22.909	28.335	22.909
Constituição (reversão) provisão para créditos de liquidação duvidosa	(368)	2.547	(368)	2.547
	<u>873.502</u>	<u>733.598</u>	<u>873.502</u>	<u>733.598</u>
Menos: Insumos adquiridos de terceiros				
Custos dos serviços prestados	(303.431)	(314.220)	(303.431)	(314.220)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(291.267)	(259.459)	(291.267)	(259.459)
Provisão para perdas, principalmente contingências, líquida de reversões	4.725	5.509	4.725	5.509
Outros	(8.772)	(11.821)	(8.772)	(11.821)
	<u>(598.745)</u>	<u>(579.991)</u>	<u>(598.745)</u>	<u>(579.991)</u>
Valor adicionado bruto	<u>274.757</u>	<u>153.607</u>	<u>274.757</u>	<u>153.607</u>
Depreciação e amortização	(124.469)	(104.396)	(124.469)	(104.396)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	<u>150.288</u>	<u>49.211</u>	<u>150.288</u>	<u>49.211</u>
Valor adicionado recebido em transferência				
Receitas financeiras	8.894	6.564	8.894	6.564
Valor adicionado total a distribuir	<u>159.182</u>	<u>55.775</u>	<u>159.182</u>	<u>55.775</u>
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal e encargos				
Remuneração direta	99.588	97.226	99.588	97.226
Benefícios	38.384	38.510	38.384	38.510
F.G.T.S.	6.982	8.024	6.982	8.024
Outros gastos com pessoal	1.456	1.234	1.456	1.234
	<u>146.410</u>	<u>144.994</u>	<u>146.410</u>	<u>144.994</u>
Impostos, taxas e contribuições				
Federais	10.567	39.284	10.567	39.284
Estaduais	6.875	10.118	6.875	10.118
Municipais	52	160	52	160
	<u>17.494</u>	<u>49.562</u>	<u>17.494</u>	<u>49.562</u>
Remuneração de capitais de terceiros				
Juros	10.728	6.609	10.728	6.609
	<u>10.728</u>	<u>6.609</u>	<u>10.728</u>	<u>6.609</u>
Remuneração de capital próprio				
Prejuízo do período	(15.450)	(145.390)	(15.450)	(145.390)
	<u>(15.450)</u>	<u>(145.390)</u>	<u>(15.450)</u>	<u>(145.390)</u>
Valor adicionado distribuído	<u>159.182</u>	<u>55.775</u>	<u>159.182</u>	<u>55.775</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

3 - NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.1 - Contexto operacional

A Ferrovia Centro-Atlântica S.A. (doravante denominada “FCA”, “Companhia” ou “Ferrovia Centro-Atlântica”) com sede na cidade de Belo Horizonte, tem por objeto social principal a prestação de serviços de transporte ferroviário, a exploração de serviços de carga, descarga, armazenagem, transbordo e atuação como operador portuário.

De acordo com o contrato celebrado com a União, através do Ministério dos Transportes, em 28 de agosto de 1996, a FCA obteve a concessão para a exploração e desenvolvimento do serviço público de transporte ferroviário de carga na Malha Centro-Leste, conforme processo de privatização da Rede Ferroviária Federal S.A. - RFFSA (doravante “RFFSA”), até agosto de 2026, podendo ser renovada por mais 30 anos, determinado pelo Edital nº A-3, de 28 de março de 1996, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, para atender ao Programa Nacional de Desestatização.

Concomitantemente, a Companhia celebrou, em 28 de agosto de 1996, contrato com a RFFSA para arrendamento dos bens operacionais vinculados à prestação do serviço de transporte de cargas da Malha Centro-Leste, até agosto de 2026, renovável por mais 30 anos.

Em maio de 2007 a lei 11.483 encerrou o processo de liquidação da RFFSA, extinguindo-a e declarando a União como sua sucessora em direitos e obrigações.

As linhas da Malha Centro-Leste abrangem os estados de Sergipe, Bahia, Goiás, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo, além do Distrito Federal, totalizando 7.840 quilômetros. A FCA interliga-se às principais ferrovias brasileiras e importantes portos marítimos e fluviais, com acesso aos portos de Salvador (BA), Aratu (BA), Vitória (ES) e Angra dos Reis (RJ), além de Pirapora (MG) e Juazeiro (BA), no Rio São Francisco.

Adicionalmente, em 28 de junho de 2005, a Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT (doravante denominada “ANTT”) autorizou a cisão parcial de ativos da concessão e arrendamento da Ferrovias Bandeirantes S.A. - Ferroban (doravante denominada “Ferroban”), que compreende a operação do trecho ferroviário entre os municípios de Araguari/MG e Boa Vista Nova/SP, denominado Malha Paulista. No exercício de 2005, a Companhia incorporou ao ativo intangível os bens relacionados ao referido trecho, bem como o montante pago à Ferroban relativo ao direito de exploração da Malha Paulista, conforme descrito na nota explicativa 3.13. A Companhia vinha operando este trecho desde 2002, através de acordo operacional com a Ferroban.

Também em 28 de junho de 2005, a ANTT, através da Resolução nº 1007, publicada no Diário Oficial da União em 30 de junho de 2005, aprovou o Termo de Distrato dos Acordos de Acionistas I e II da Companhia, conforme inciso VIII da Cláusula 9.1 do Contrato de Concessão, reconhecendo a VLI Multimodal S.A. (Ex-Mineração Tacumã Ltda. - controlada indireta da VLI S.A. (“VLI”) - como a única controladora da FCA.

Em setembro de 2013, a Vale S.A celebrou acordos para transferência de participação de 20% do capital da VLI, sua controlada direta, para Mitsui & Co. (“Mitsui”) e de 15,9% para o Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS (“FI-FGTS”), cujo patrimônio é administrado pela Caixa Econômica Federal.

Em Dezembro de 2013, a Vale S. A. celebrou acordo com a Brookfield Asset Management (Brookfield) para a venda de 26,5% de sua participação no capital da VLI.

Foi anunciada no dia 3 de julho de 2013, a Resolução Nº 4.131, alterada pela resolução Nº 4.160 da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), que autoriza a Ferrovia Centro-Atlântica a proceder com a desativação e devolução de trechos ferroviários. A FCA devolverá um total de 13 trechos entre eles, 7 considerados antieconômicos e 6 trechos ferroviários viáveis.

A desativação dos trechos atenderá a um cronograma aprovado pela ANTT, garantindo à FCA sua capacidade operacional nos novos trechos do Programa Integrado de Logística - PIL, de forma a dar continuidade aos volumes previstos para atender aos atuais usuários do transporte ferroviário. Além disso, a FCA continuará pagando trimestralmente os valores devidos dos contratos de arrendamento e concessão.

Serão desativados e devolvidos os seguintes trechos ferroviários:

I – Trechos antieconômicos:	II- Trechos viáveis:
1. Paripe (BA) – Mapele (BA);	1. Alagoinhas (BA) – Juazeiro (BA);
2. Ramal do Porto de Salvador;	2. Alagoinhas (BA) – Propriá (SE);
3. General Carneiro (MG) a partir do km 588+600 – Miguel Burnier (MG);	3. Cachoeiro de Itapemirim (ES) – Vitória (ES);
4. Barão de Camargos (MG) – Lafaiete Bandeira (MG);	4. Barão de Angra (RJ) – Campos dos Goytacazes (RJ) – Cachoeiro de Itapemirim (ES), incluindo trecho Recreio – Cataguases;
5. Biagópolis (SP) – Itaú (MG);	5. Visconde de Itaboraí (RJ) – Campos dos Goytacazes (RJ);
6. Ribeirão Preto (SP) – Passagem (SP); e	6. Corinto (MG) a partir do Km 856+100 – Alagoinhas (BA);
7. Barão de Angra (RJ) – São Bento (RJ).	

As possíveis mutações patrimoniais decorrentes deste assunto somente poderão ser registradas após revisão e aprovação dos aditivos contratuais e, também, da efetiva transferência de posse dos bens patrimoniais, incluindo as novas licitações a serem divulgadas pelo Poder Concedente.

A Companhia tem apurado prejuízos repetitivos em suas operações. Assim, até que suas operações possibilitem a geração de lucro em montantes suficientes para cumprir com suas obrigações, a Companhia dependerá de recursos a serem obtidos de seus controladores ou terceiros. Em conexão com a elaboração dessas demonstrações contábeis intermediárias, a Administração da Companhia analisou esta situação e concluiu que não existem incertezas sobre a sua capacidade de obter tais recursos, caso necessário. Portanto, essas demonstrações contábeis intermediárias foram preparadas de acordo com as práticas contábeis aplicáveis para companhias em continuidade operacional.

3.2 - Apresentação das demonstrações contábeis intermediárias

3.2.1 Aprovação das informações contábeis intermediárias

A emissão dessas demonstrações contábeis intermediárias foi autorizada pelo Conselho de Administração da Companhia em 06 de agosto de 2014.

3.2.2 Base de preparação

Essas demonstrações contábeis intermediárias devem ser lidas em conjunto com as demonstrações contábeis da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

a) Demonstrações contábeis intermediárias individuais - Controladora

As demonstrações contábeis intermediárias individuais aqui apresentadas sob o título de Controladora foram preparadas de acordo com a NBC TG 21 (R1), "Demonstrações Intermediárias", de forma condizente com as normas estabelecidas pela CVM.

As demonstrações contábeis intermediárias consolidadas, aqui apresentadas sob o título de Consolidado, também foram preparadas de acordo com o IAS 34, "Apresentação de Relatórios Financeiros Intermediários", de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

b) Demonstrações contábeis intermediárias consolidadas - Consolidado

As demonstrações contábeis intermediárias consolidadas, aqui apresentadas sob o título de Consolidado, foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com a NBC TG 21 (R1), "Demonstrações Intermediárias", de forma condizente com as normas estabelecidas pela CVM.

c) Reclassificação de Despesas Administrativas - Depreciação

A Companhia identificou que certas despesas com depreciação, de trens turísticos especificamente, haviam sido apresentadas como Despesas Administrativas em períodos anteriores. Considerando que estas receitas e despesas são consideradas Outras Receitas (despesas) líquidas, a Companhia irá apresentar desta forma tais despesas, a partir deste trimestre. O efeito retroativo referente ao 1º semestre de 2013 foi de R\$ 1.311.

3.3 - Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis intermediárias estão definidas abaixo. As políticas contábeis são consistentes com as políticas descritas na Nota 4.3 das demonstrações contábeis da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2013. As políticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme neste período apresentado, exceto quando indicado de outra forma.

a) Critérios de consolidação

As informações contábeis intermediárias consolidadas incluem as demonstrações contábeis intermediárias da FCA e da controlada SL Serviços Logísticos Ltda, da qual detém 100% de participação.

O processo de consolidação das contas patrimoniais e de resultados corresponde à soma dos saldos das contas do ativo, passivo, receitas e despesas das empresas incluídas na consolidação, segundo a natureza de cada saldo, complementada pelas seguintes eliminações:

- Das participações no capital, reservas e resultados acumulados mantidos entre as empresas.
- Dos saldos de contas correntes e outros integrantes do ativo e/ou passivo, mantidos entre as empresas.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de liquidez imediata, e com risco insignificante de mudança de valor.

c) Ativos financeiros

Classificação e mensuração

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob a categoria de empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

Empréstimos e recebíveis

Incluem-se nesta categoria os empréstimos concedidos e os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão das demonstrações contábeis (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem contas a receber de clientes e de partes relacionadas, demais contas a receber e caixa e equivalentes de caixa. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

Provisão para não realização de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia, na data das demonstrações contábeis, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável ("*impairment*").

d) Contas a receber

Correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no decurso normal da atividade da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente há um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, serão apresentadas no ativo não circulante.

As contas de clientes a receber são registradas inicialmente a valor justo e subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado, deduzidos de estimativas de perdas para cobrir eventuais perdas na sua realização.

A estimativa de perdas de créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses créditos. O valor da estimativa de perda para créditos de liquidação duvidosa é elaborado com base em experiência de inadimplência ocorrida no passado.

Os ajustes a valor presente são calculados com base na diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à uma taxa de juros efetiva.

e) Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo de aquisição e o valor de reposição e, quando aplicável, é constituída uma estimativa de perdas de estoques obsoletos, inservíveis ou sem movimentação. O custo de aquisição é determinado usando-se o método da Média Ponderada Móvel.

f) Tributo sobre o lucro

As despesas fiscais do exercício compreendem o imposto de renda corrente e diferido. O imposto é reconhecido na demonstração de resultado, exceto na proporção em que estiver relacionado com itens reconhecidos diretamente no patrimônio. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio.

O encargo de imposto de renda corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de imposto de renda com relação às situações em que a

regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores que deverão ser pagos às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações contábeis. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias e/ou prejuízos fiscais, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

g) Imobilizado

O imobilizado está demonstrado ao custo histórico de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada.

O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens.

Os custos subsequentes são reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do período, quando incorridos.

A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com a expectativa de vida útil-econômica dos bens.

Os ganhos e as perdas de alienação são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas".

A vida útil dos bens está apresentada na Nota 3.12.

h) Intangível

I. Direitos de concessão

Está representado pelo valor pago pela FCA para operar o trecho denominado Malha Paulista, sendo amortizado usando-se o método linear pelo período restante da concessão, até agosto de 2026.

II. Softwares adquiridos e licenças

Os softwares e licenças adquiridos são registrados com base nos custos incorridos para aquisição e colocação dos mesmos disponíveis para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimável de três a cinco anos.

III. Benfeitorias em bens arrendados

Os custos com benfeitorias que são identificáveis, exclusivos e atribuíveis aos bens arrendados, no contexto da concessão da Malha Centro-Leste e Malha Paulista (Ferroban) (Nota 3.1), são reconhecidos pelo seu custo histórico de aquisição e/ou construção e são amortizados, pelo método linear, ao longo do período de vigência do contrato de arrendamento ou pela estimativa de vida útil, dos dois o menor.

A vida útil dos intangíveis está apresentada na Nota 3.13.

i) Impairment de ativos não financeiros

O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive os ativos intangíveis, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis (*impairment*), sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela será reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

j) Fornecedores

São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Em alguns casos, os montantes são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado com o método de taxa efetiva de juros. Em sua maioria as contas a pagar são normalmente reconhecidas pelo valor da fatura ou nota fiscal correspondente.

k) Concessões e arrendamentos

No Brasil os serviços de transporte ferroviário de cargas e passageiros estão sujeitos a uma variedade de leis e normas, provenientes principalmente do Governo Federal por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT.

A regulação dos serviços de transporte ferroviário no Brasil trata das relações entre o governo, as companhias ferroviárias, usuários/clientes. Os principais aspectos abordados pela regulação incluem segurança, responsabilidades e direitos dos usuários/clientes e operadores ferroviários.

A concessão dos trechos da FCA originou-se do processo de desestatização da extinta Rede Ferroviária Federal S.A. (RFFSA). Foram celebrados dois tipos de contratos com o poder concedente. Um dos contratos trata da concessão dos serviços de transportes ferroviários de cargas e passageiros onde são estabelecidas as cláusulas para operação e os valores de outorga que devem ser pagos ao poder concedente pela concessionária. O segundo contrato de arrendamento dos bens pré-existentes e operados pela RFFSA trata da vinculação destes na prestação dos serviços ferroviários de transportes de cargas e passageiros.

Embora existam dois contratos com formas jurídicas distintas (concessão e arrendamento), a essência econômica de ambos é uma só, ou seja, a obtenção do direito de exploração do serviço público de transporte ferroviário de cargas e passageiros. Sendo assim, os mesmos são tratados como sendo um só.

As condicionantes estabelecidas através da Interpretação Técnica ITG 01 - Contratos de Concessão não se aplicam aos contratos de concessão de prestação de serviços de transportes de cargas ferroviários, conforme estabelecido pelo Comunicado Técnico CTG 05 - Contratos de Concessão, considerando que:

- I) O poder concedente não define a quem os serviços devem ser prestados, prevalecendo o interesse comercial das concessionárias, conforme cláusula 7ª do contrato de concessão;
- II) O poder concedente não determina qual o preço deverá ser cobrado pelos serviços prestados. A base para precificação é o mercado, inclusive, são cobradas tarifas acessórias (transbordo, carga, descarga, armazenamento, etc.) para as quais não há qualquer mecanismo de controle e seu valor é negociado livremente;

Em linha com os esclarecimentos provenientes do comunicado técnico CTG - 05 - Contratos de Concessão, a administração concluiu que os contratos de concessão e arrendamento, oriundos da extinta RFFSA, são contratos de execução, considerando que:

- As partes envolvidas cumpriram parcialmente com suas obrigações na mesma extensão.
- A disponibilização da infraestrutura pelo poder concedente se dá progressivamente à medida que as condições contratuais vão sendo cumpridas pelo concessionário.
- O operador deve cumprir as regras do contrato e o poder concedente possui o direito de cancelar o contrato, indenizando o operador pelos investimentos realizados e ainda não amortizados ou depreciados. Por isso se após analisados os fatos e circunstâncias específicos do contrato se considera que a infraestrutura é disponibilizada gradualmente ao longo do contrato, à medida que o operador satisfaça as condições contratuais e à medida que o poder concedente mantenha a concessão.

E ainda conforme os esclarecimentos provenientes do Comunicado Técnico CTG 05 e com instruções contidas no Manual de contabilidade, divulgado pela Agência Nacional de Transportes Terrestres, a Administração concluiu que as condicionantes estabelecidas através da Interpretação Técnica ITG 01 - Contratos de Concessão não se aplicam aos contratos de concessão de prestação de serviços de transportes de cargas ferroviários, oriundos da União.

Dessa forma, esses contratos de concessão e arrendamento são apropriados ao resultado mensalmente, ao longo do prazo de concessão com base no montante incorrido das parcelas a serem pagas trimestralmente, corrigidas pela variação anual do IGP-DI, ou seja, entre a data da liquidação do leilão (20 de junho de 1996) e do último aniversário.

Os investimentos (benfeitorias) efetuados na infraestrutura (malha ferroviária) relacionados aos contratos de concessão e arrendamento mencionados na Nota 3.1 são registrados no ativo intangível. Não foi registrado no momento inicial nenhum ativo financeiro, por não haver uma clara evidência do direito contratual incondicional de receber, do concedente, caixa ou outro ativo financeiro pelos ativos vinculados a concessão de serviços públicos.

l) Provisões

As provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor puder ser estimado com segurança.

No caso de contingências prováveis, onde houver direito contratual de reembolso parcial ou total por outra parte, é constituída provisão para a contingência e, no ativo, é reconhecido o direito ao reembolso, quando houver o direito contratual ou legal ou o reembolso for praticamente certo. No resultado, o valor da despesa é apresentado líquido do valor reconhecido de reembolso. A exceção são as contingências onde, por força de Lei, a União (sucessora da RFFSA) é considerada a responsável primária (Nota 3.11), sendo a Companhia um agente no litígio.

m) Benefícios a empregados

Obrigações de aposentadoria

O passivo relacionado aos benefícios de risco do plano de previdência privada é o valor presente da obrigação de benefício definida na data do balanço menos o valor de mercado dos ativos do plano, ajustados por ganhos ou perdas atuariais e custos de serviços passados. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes usando-se o método de crédito unitário projetado. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado pela estimativa de saída futura de caixa,

usando-se as taxas de juros de títulos públicos cujos prazos de vencimento se aproximam dos prazos do passivo relacionado.

Os ganhos e as perdas atuariais advindos de mudanças nas premissas atuariais e emendas ao plano de previdência privada são apropriados ou creditados ao resultado pela média do tempo de serviço remanescente dos funcionários relacionados.

Para o plano de contribuição definida, a Companhia paga contribuições em bases compulsórias, contratuais ou voluntárias. Assim que as contribuições tiverem sido feitas, a Companhia não tem obrigações relativas a pagamentos adicionais. As contribuições regulares compreendem os custos periódicos líquidos do período em que são devidas e, assim, são incluídas nos custos de pessoal.

Participação no resultado

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados na qual a metodologia de cálculo considera metas operacionais e financeiras divulgadas a seus empregados. A Companhia reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigado ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada (“*constructive obligation*”).

n) Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos incidentes, das devoluções, dos abatimentos e descontos.

Receitas de serviços

A receita de serviços somente é reconhecida quando da efetiva execução dos serviços contratados e na medida em que:

- 1) os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o cliente;
- 2) os custos relacionados a esses serviços possam ser mensurados confiavelmente e o valor da receita possa ser mensurado com segurança; e
- 3) seja provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade.

Receitas financeiras

A receita de juros é reconhecida conforme o prazo decorrido, utilizando o método de taxa de juros efetiva aplicável.

Receitas diferidas

As receitas antecipadas são registradas no passivo quando há recebimentos antecipados para prestação de serviços futuros.

As receitas antecipadas serão reconhecidas no resultado quando:

- decorrido o prazo de competência ; ou
- da prestação de serviços futuros;

o) Dividendos

Aos acionistas será assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido ajustado, nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76.

Os titulares de ações preferenciais terão prioridade no recebimento dos dividendos a serem distribuídos.

De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, caso dividendos sejam propostos estes serão reconhecidos como um passivo nas demonstrações contábeis, com base no estatuto social da Companhia.

Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas.

p) Moeda Funcional

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis da Companhia são mensurados utilizando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). A moeda funcional adotada pela Companhia e a moeda de apresentação das demonstrações contábeis é o real (R\$).

q) Apresentação de informações por segmentos

Conforme descrito na Nota 3.29, a Companhia analisa suas operações como segmento único com base nas informações apresentadas de modo consistente ao principal tomador de decisões operacionais da Companhia, o Conselho de Administração, órgão responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho do segmento operacional, além da tomada das decisões estratégicas da Companhia.

r) Normas novas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

Não houve emissão de novas normas brasileiras de contabilidade (NBC) que afetem essas demonstrações contábeis intermediárias. As NBCs mencionadas nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2013 foram adotados sem impacto significativo nessas demonstrações contábeis intermediárias.

No período de seis meses findos em 30 de junho de 2014, não foram emitidas novas normas, alterações de normas além daquelas divulgadas nas demonstrações contábeis da Companhia em 31 de dezembro de 2013 que possam afetar as presentes demonstrações contábeis intermediárias.

s) Capital Social

O capital social está representado por ações ordinárias e preferenciais não resgatáveis, todas sem valor nominal. As ações preferenciais possuem os mesmos direitos das ações ordinárias, com exceção do voto para eleição de membros do Conselho de Administração.

t) Demonstração do valor adicionado ("DVA")

A Companhia divulga suas demonstrações do valor adicionado ("DVA"), consolidadas e da controladora, de acordo com a NBC TG 09 - Demonstração do valor adicionado, que são apresentados como parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias conforme prática contábil brasileira, aplicável a companhias abertas, que, entretanto, para as práticas internacionais pelo IFRS são apresentadas como informações adicionais, sem prejuízo do conjunto de demonstrações contábeis intermediárias.

3.4 - Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A Companhia preparou suas demonstrações contábeis intermediárias com base em estimativas decorrentes de sua experiência e diversos outros fatores que acredita serem razoáveis e relevantes.

Na elaboração das demonstrações contábeis intermediárias, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações contábeis intermediárias da Companhia incluem, portanto, estimativas referentes à provisão de perdas de contas a receber de clientes, provisão para perda de estoques, seleção de vidas úteis do ativo imobilizado, definição dos prazos para amortização do intangível com vida útil definida, provisões necessárias para contingências prováveis, determinações de provisões para imposto de renda e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

3.4.1 - Estimativas e premissas contábeis críticas

A aplicação de estimativas contábeis geralmente requer que a administração se baseie em julgamentos sobre os efeitos de certas transações que podem afetar a situação patrimonial da Companhia, envolvendo os ativos, passivos, receitas e despesas.

As transações envolvendo tais estimativas podem afetar o patrimônio líquido e a condição financeira da Companhia, bem como seu resultado operacional, já que os efetivos resultados podem divergir das suas estimativas.

As estimativas e premissas que apresentam risco significativo de causar ajustes relevantes nos valores de ativos e passivos nos próximos exercícios são as seguintes:

- I. Redução do valor recuperável de ativos - A administração da Companhia adota premissas em testes de determinação da recuperação de ativos financeiros, para determinação do seu valor recuperável e reconhecimento de "*impairment*", quando aplicável. Diversos eventos de natureza incerta colaboraram na determinação das premissas e variáveis utilizadas pela administração na avaliação de eventual "*impairment*".
- II. Revisão da vida útil dos bens patrimoniais e da amortização do intangível - A Companhia reconhece regularmente as despesas relativas à depreciação de seu imobilizado e à amortização de seus intangíveis. As taxas de depreciação e amortização são determinadas com base nas suas estimativas durante o período pelo qual a Companhia espera geração de benefícios econômicos.
- III. Tributos sobre o lucro diferidos - A Companhia reconhece o efeito do imposto diferido de prejuízo fiscal e das diferenças temporária em seus demonstrativos contábeis. A constituição dos tributos sobre o lucro diferidos, ativos e passivos requer estimativas da Administração. Para cada crédito fiscal futuro, a Companhia avalia a probabilidade de parte ou do total do ativo fiscal não ser recuperável. As avaliações realizadas dependem da probabilidade de geração de lucros tributáveis no futuro baseado na produção e planejamento de vendas, custos operacionais.
- IV. Provisão para contingências - A Companhia constituiu provisões para contingências com base em análises dos processos em andamento. Os valores foram registrados com base no parecer dos consultores jurídicos visando cobrir perdas prováveis. Se qualquer dado adicional fizer com que seu julgamento ou o parecer dos advogados externos mude, a Companhia reavalia as suas estimativas.

3.4.2 - Julgamentos críticos na aplicação de práticas contábeis da Companhia - Concessão

Conforme descrito na Nota 3.3(k) a Companhia segue as orientações da ITG 01 - Contratos de Concessão e do CTG 05 - Contratos de Concessão para contabilizar a concessão dos serviços de transporte ferroviário e o arrendamento de bens vinculados à prestação desses serviços. A aplicação dessas interpretações e comunicados técnicos requer julgamentos significativos por parte da administração da Companhia, principalmente quanto aos seguintes aspectos:

- I. Conclusão de que a essência econômica dos contratos de concessão e arrendamento é uma só, ou seja, a obtenção do direito de exploração do serviço público de transporte ferroviário.
- II. Conclusão de que o poder concedente não define a quem os serviços objetos da concessão devem ser prestados.
- III. Conclusão de que, apesar de existir limites máximos das tarifas de referência ("*price cap*") controladas pela ANTT, na prática, o poder concedente não determina qual o preço que deverá ser cobrado pelos serviços prestados pelas concessionárias, pois a base para precificação é o próprio mercado, considerando que esse "*price-cap*" é raramente atingido.
- IV. Conclusão de que os contratos de concessão e arrendamento oriundos da União são contratos de execução, devendo ser apropriados ao resultado mensalmente, ao longo do prazo de concessão, ao invés de registrados integralmente no momento inicial da concessão.
- V. Conclusão de não ser aplicável registrar no momento inicial da concessão nenhum ativo financeiro, por não haver uma clara evidência do direito contratual incondicional de receber, do concedente, caixa ou outro ativo financeiro pelos ativos vinculados a concessão de serviços públicos.

Para esses julgamentos, a Companhia considerou, entre outros fatores, a análise detalhada das mencionadas orientações técnicas e as discussões das mesmas no âmbito da Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários - ANTF.

3.5 - Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora e Consolidado	
	30/06/2014	31/12/2013
Caixa e bancos	7.997	9.256
Aplicações financeiras	1.696	6.363
	9.693	15.619

As aplicações financeiras referem-se a aplicações em certificados de depósitos bancários de curto prazo remuneradas por um percentual médio de 101,5% do CDI (Certificado de Depósito Interbancário) prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e insignificante risco de mudança de valor.

3.6 - Contas a receber de clientes

	Controladora e Consolidado	
	30/06/2014	31/12/2013
Contas a receber de clientes terceiros	83.372	68.494
Contas a receber de partes relacionadas	260.309	159.367
Estimativa de perda para crédito de liquidação duvidosa	(29.601)	(29.233)
	314.080	198.628

As análises de vencimentos estão apresentadas a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	30/06/2014	31/12/2013
A vencer	235.923	99.647
Vencidos até 3 meses	34.339	43.419
Vencidos de 3 a 6 meses	17.928	14.108
Vencidos acima 6 meses	55.491	70.686
	343.681	227.861

O comitê de créditos e cobranças, formado pelas áreas contas a receber, comercial, faturamento e gestão de risco corporativo, analisam a situação dos atuais clientes visando mitigar possíveis perdas e inadimplências.

A metodologia adotada para constituir a estimativa de possíveis perdas de liquidação duvidosa contempla a avaliação criteriosa dos títulos vencidos a mais de 180 dias, excluindo os valores mantidos com as empresas ligadas, considerando o histórico de operações e das condições comerciais mantidas com cada cliente em atraso.

3.7 - Estoques

Os saldos dos estoques têm sua composição como segue:

	Controladora e Consolidado	
	30/06/2014	31/12/2013
Peças e componentes de equipamentos / instalações	44.179	41.040
Combustíveis, lubrificantes e gases	10.834	9.002
Materiais de expediente e outros	6.051	8.824
Materiais elétricos / eletrônicos	1.925	7.161
Outros materiais	410	3.406
Provisão para perdas em itens de estoque	(5.911)	(5.780)
	57.488	63.653

3.8 - Tributos a recuperar

Os tributos a recuperar têm sua origem conforme segue:

	Controladora e Consolidado	
	30/06/2014	31/12/2013
Circulante		
ICMS a recuperar	12.710	14.161
PIS e COFINS a compensar	8.928	12.694
Imposto de renda e contribuição social a compensar	3.357	3.243
Imposto de renda retido na fonte	1.622	1.507
IOF a recuperar	127	127
INSS	20	20
	26.764	31.752
Não circulante		
ICMS a recuperar	12.068	5.187
	12.068	5.187

3.9 - Despesas antecipadas

As despesas antecipadas são compostas por:

	Controladora e Consolidado	
	30/06/2014	31/12/2013
Circulante		
Aluguel do Terminal Integrado de Araguari (a)	13.251	3.688
Aluguel do Terminal Integrado de Santa Luzia (a)	4.807	-
Despesas de arrendamento pagas antecipadamente (b)	1.825	1.825
Prêmios de seguros pagos antecipadamente (c)	141	2.024
	20.024	7.537
Não circulante		
Despesas de arrendamento pagas antecipadamente (b)	20.378	21.290
	20.378	21.290

a) Despesas de aluguel dos terminais

	Controladora e Consolidado	
	30/06/2014	31/12/2013
Circulante		
Aluguel do Terminal Integrado de Araguari	13.251	3.688
Aluguel do Terminal Integrado de Santa Luzia	4.807	-
	18.058	3.688

Instrumento particular atípico de desenvolvimento de edificação, construção sob encomenda e locação atípica, na modalidade de "built to suit".

Os contratos assinados entre a Companhia e terceiros constituem o desenvolvimento e a implementação da construção do Terminal Integrador de Araguari e Santa Luzia e, por conseguinte a locação dos terminais à Companhia em caráter personalíssimo, sendo os referidos Terminais construídos para atender exclusivamente as necessidades da Companhia.

b) Despesas de arrendamento pagas antecipadamente

	Controladora e Consolidado	
	30/06/2014	31/12/2013
Circulante		
Concessão (i)	106	106
Arrendamento (ii)	1.719	1.719
	1.825	1.825
Não Circulante		
Concessão (i)	1.180	1.065
Arrendamento (ii)	19.198	20.225
	20.378	21.290

(i) Concessão dos serviços de transporte ferroviário - Malha Centro-Leste

A concessão dos serviços de transporte ferroviário de carga foi estipulada pelo prazo de trinta anos, conforme contrato assinado em 28 de agosto de 1996, no montante de R\$ 15.845, dos quais R\$ 3.169 foram pagos à vista, com a contabilização idêntica aos contratos de arrendamento de bens.

(ii) Arrendamento dos bens - Malha Centro-Leste

O arrendamento dos bens foi estipulado pelo prazo de trinta anos, de acordo com contrato firmado em 28 de agosto de 1996 com a União, no montante de R\$ 292.421, dos quais R\$ 51.577 foram pagos antecipadamente, conforme estipulado em contrato. Os valores pagos antecipadamente foram registrados na rubrica "Arrendamentos e concessão pagos antecipadamente", nos ativos circulante e não circulante.

Conforme divulgado na nota 3.4.2(IV) os contratos de arrendamento e concessão são contratos de execução; desta forma os saldos estão sendo amortizados considerando o prazo dos contratos.

c) Prêmios de seguro pagos antecipadamente

A companhia possui um programa de gerenciamento de riscos, que proporciona cobertura e proteção para os seus ativos, bem como para possíveis perdas com interrupção de produção, através de apólices de seguro.

	Controladora e Consolidado	
	30/06/2014	31/12/2013
All Risks		1.459
Seguro de transporte	141	565
	141	2.024

Em 30 de junho de 2014, os seguros contratados para cobrir eventuais sinistros são:

Modalidade	Cobertura	Valores em milhares
Responsabilidade Civil Geral	All Risk	R\$ 25.000
Riscos Operacionais	All Risk	USD 200.000 (por ocorrência)
Transporte Internacional Importação	All Risk	USD 70.000
Transporte Internacional Exportação	All Risk	USD 100.000
Transporte Nacional (Embarques Terrestres / Aéreos)	All Risk	USD 10.000
Transporte Nacional (Embarques Aquaviários (Cabotagem e Fluvial/Lacustre))	All Risk	USD 60.000
Responsabilidade Civil do Transportador Ferroviário - RCTF-C	All Risk	USD 30.000
Frota de automóvel	All Risk	R\$ 200.000
Vida em Grupo	Empregados, Cônjuges e Filhos	24 X Salário Base
Vida em Grupo	Menores e aprendizes	R\$ 12
Acidentes pessoais	Visitantes, Estudantes e Colaboradores que passeiam nos trens turísticos da FCA	R\$ 10

3.10 - Demais contas a receber

	Controladora e Consolidado	
	30/06/2014	31/12/2013
Circulante		
Adiantamento a empregados	17.894	15.350
Adiantamento a fornecedores	14.189	8.186
Sinistros a recuperar (a)	19.013	-
Outras contas	539	496
	51.635	24.032

(a) Referem-se aos gastos da companhia com acidentes ocorridos na sua malha ferroviária, para os quais há provisão da franquia, conforme Nota 3.18(b).

3.11 - Depósitos judiciais e provisão para contingências

	Controladora e Consolidado			
	30/06/2014		31/12/2013	
	Depósitos judiciais	Provisões de contingências	Depósitos judiciais	Provisões de contingências
Trabalhistas (a)	112.738	50.225	94.494	55.985
Cíveis (b)	19.429	19.451	21.462	17.804
Tributárias (c)	5.398	657	4.898	543
Ambientais (d)	-	1.956	-	1.816
Previdenciário (e)	10.183	180	10.188	178
	147.748	72.469	131.042	76.326

Depósitos judiciais (movimentação)

	Juros e atualização monetária				30/06/2014
	31/12/2013	Adição	Baixa	31/12/2013	
Trabalhistas (a)	94.494	19.032	(4.915)	4.127	112.738
Cíveis (b)	21.462	297	(2.750)	420	19.429
Tributárias (c)	4.898	386		114	5.398
Ambientais (d)	-				-
Previdenciária (e)	10.188		(5)		10.183
	131.042	19.715	(7.670)	4.661	147.748

Provisões para contingências (movimentação)

	Juros e atualização monetária				30/06/2014
	31/12/2013	Adição	Baixa	31/12/2013	
Trabalhistas (a)	55.985	10.756	(19.962)	3.446	50.225
Cíveis (b)	17.804	1.868	(1.250)	1.029	19.451
Tributárias (c)	543	93		21	657
Ambientais (d)	1.816			140	1.956
Previdenciária (e)	178			2	180
	76.326	12.717	(21.212)	4.638	72.469

De acordo com o Edital de Privatização, a União continuará como única responsável por todos os seus passivos, a qualquer título e de qualquer natureza jurídica. A Companhia procederá a compensação dos valores desembolsados, com os processos judiciais trabalhistas de responsabilidade da União, com as parcelas a vencer do contrato de arrendamento, mediante autorização judicial.

As naturezas dos principais processos provisionados são os mesmos das divulgadas na letra (f) Contingências possíveis não provisionadas.

a) Trabalhistas

A Companhia está sendo acionada em reclamações de natureza trabalhistas oriundas do curso normal de suas atividades.

Em 30 de junho de 2014, as contingências trabalhistas com expectativa de perda provável, de acordo com nossos consultores jurídicos, totalizam R\$ 50.225 (31 de dezembro de 2013- R\$ 55.985). Esses montantes não incluem as contingências de responsabilidade da União, dado que a Companhia somente é responsável pelo pagamento de débitos trabalhistas originados após a desestatização, conforme o Edital de Desestatização em seu item 7.2 - Passivos Trabalhistas que diz:

"As obrigações trabalhistas da RFFSA para com seus empregados transferidos para a concessionária, relativos aos períodos anteriores à data da transferência de cada contrato de trabalho, sejam ou não objeto de reclamação judicial, continuarão de responsabilidade da RFFSA."

Além disso, a Procuradoria Geral da União (PGU) determinou no âmbito de sua competência a adoção por parte de seus membros dos procedimentos previstos no Parecer nº 50/2008-MLG/DTB/PGU/AGU, de 26 de fevereiro de 2010, que assim se apresenta:

1. Nas ações trabalhistas em fase de execução:

a) que tramitam exclusivamente contra a extinta RFFSA (União), os Advogados da União não devem peticionar nos autos transferindo a responsabilidade pelos encargos trabalhistas para as concessionárias, devendo ser respeitada a decisão judicial transitada em julgado.

b) que tramitam contra as concessionárias ou que tramitam contra a extinta RFFSA e contra as Concessionárias em litisconsórcio; os Advogados da União, quando intimados para falar no feito, devem peticionar no sentido da observância, quando da elaboração dos cálculos, do conteúdo da decisão judicial transitada em julgado em matéria de sucessão e responsabilidade pelos passivos trabalhistas.

2. Nas ações trabalhistas em fase de conhecimento, que tramitam contra a extinta RFFSA (União) e as concessionárias; os Advogados da União quando citados ou intimados, deverão arguir, na defesa, a existência de previsão contratual (cláusula 7.2) para justificar a assunção da responsabilidade, pela União, dos encargos trabalhistas cujos fatos geradores são anteriores à data da concessão. Ficam expressamente excluídas da responsabilidade da União, quando o reclamante laborou também para a concessionária, as verbas rescisórias, incluindo a multa de 40% sobre os depósitos do FGTS, bem como outras verbas provenientes de fatos geradores posteriores à data da concessão.

3. Nos processos em fase de conhecimento, ajuizados apenas contra a extinta RFFSA (União); verificando-se que o reclamante laborou também para a concessionária; os Advogados da União deverão peticionar a cisão de responsabilidades, a fim de que a União responda exclusivamente pelos encargos trabalhistas cujos fatos geradores são anteriores à data da concessão.

Em vista deste parecer da AGU, há exemplos de decisões recentes no âmbito trabalhista determinando a inclusão da União Federal no Polo Passivo da demanda.

A Companhia esclarece que será utilizada por seus consultores jurídicos, nas demandas cabíveis que envolvam a União, as orientações contidas no Parecer da PGU/AGU.

O valor a receber da União, no montante de R\$ 61.708 em 30 de junho de 2014 (R\$ 53.493 em 31 de dezembro de 2013), classificado na rubrica "Contas a Receber" da União no ativo não circulante, referem-se aos valores desembolsados pela Companhia relacionados a indenizações de responsabilidade da União, em épocas anteriores a estas determinações da PGU/AGU.

b) Cíveis

A Companhia é parte em processos e demandas cíveis que envolvem responsabilidade contingente num total de R\$ 19.451 (31 de dezembro de 2013 - R\$ 17.804).

Com base na análise individual de tais processos, e tendo como suporte a opinião dos nossos consultores jurídicos, a administração constituiu provisão para os valores contingentes com expectativa de perda provável.

c) Tributárias

De acordo com nossos consultores jurídicos, a Companhia constituiu provisões sobre processos tributários que correm no âmbito administrativo e judicial, nos quais a FCA litiga contra a fazenda pública estadual e municipal, no valor total de R\$ 657 (31 de dezembro de 2013 - R\$ 543).

Com base na análise individual de tais processos, e tendo como suporte a opinião dos nossos consultores jurídicos, a administração constituiu provisão para os valores contingentes com expectativa de perda provável.

d) Ambientais

A Companhia provisionou R\$ 1.956 (31 de dezembro de 2013 - R\$ 1.816) referentes a processos com expectativa de perda provável de autuações dos órgãos competentes.

e) Previdenciários

De acordo com nossos consultores jurídicos, a Companhia constituiu provisões sobre processos previdenciários que correm no âmbito administrativo e judicial, no valor total de R\$ 180 (31 de dezembro de 2013 - R\$ 178).

Com base na análise individual de tais processos, e tendo como suporte a opinião dos nossos consultores jurídicos, a administração constituiu provisão para os valores contingentes com expectativa de perda provável.

f) Contingências possíveis não provisionadas

Adicionalmente às provisões constituídas, existem outros passivos contingentes no montante aproximado de R\$ 1.219.000 (31 de dezembro de 2013 - aproximadamente R\$ 1.309.000), referente a causas de natureza trabalhista, cível, tributária, ambiental e previdenciário, para os quais, com base na avaliação de nossos consultores jurídicos, não foram constituídas provisões por se tratarem de perdas possíveis. O referido montante poderá ser reduzido, quando aplicável, em função da responsabilidade total ou parcial da União.

A composição das contingências por natureza podem ser assim apresentadas:

	Controladora e Consolidado	
	30/06/2014	31/12/2013
Trabalhistas (i)	444.000	596.000
Cíveis (ii)	268.000	243.000
Previdenciário (iii)	67.000	56.000
Tributárias (iv)	404.000	381.000
Ambientais (v)	36.000	33.000
	1.219.000	1.309.000

- i. Trabalhistas: trata-se de reclamações trabalhistas promovidas por ex-empregados da FCA, bem como sindicatos e ex-empregados de empresas terceirizadas, cujos pedidos mais recorrentes e relevantes referem-se ao pagamento por horas extras; alegação de não pagamento de adicional de periculosidade com o pedido de seu pagamento; alegação de divergência de salário para funções idênticas, ensejando pedido de diferenças salariais; alegação de ficar o empregado à disposição da Companhia em horário de descanso, o que determina o pedido de pagamento de sobreaviso; pedido de danos morais e materiais decorrentes de acidentes do trabalho e doença ocupacional e pedido de responsabilidade subsidiária da FCA, em decorrência de não cumprimento de obrigações trabalhistas por empresas contratadas pela mesma para a prestação de serviços diversos (terceirização).
- ii. Cíveis: trata-se de demandas contendo, principalmente, alegações de responsabilidade da FCA por acidentes envolvendo pessoas nos trilhos da malha ferroviária sob concessão, com pedidos de indenizações por danos morais, materiais e estéticos. Há também demandas de natureza

possessória, cuja discussão envolve pedidos de usucapião, bem como demandas em que a FCA pretende a desocupação de imóvel de sua propriedade ou que estejam na faixa de domínio da ferrovia. Há ainda demandas discutindo questões creditícias, promovidas por empresas contratadas pela FCA que alegam prejuízos contratuais.

- iii. Previdenciários: trata-se de cobrança de contribuições sociais (aposentadoria especial, diárias operacionais, PLR e INSS sobre valores pagos a autônomos e pagos a título de acertos de passivos trabalhistas).
- iv. Tributários: trata-se, principalmente, de cobrança de PIS/COFINS sobre receitas de tráfego mútuo e direito de passagem, glosa de créditos de ICMS e de auto de infração em processos de importação de locomotivas.
- v. Ambientais: trata-se de demandas cuja discussão se refere à alegação dos órgãos ambientais, Ministério Público e Prefeituras de que a FCA teria descumprido alguma obrigação ambiental, ou sua atividade tenha gerado algum impacto ambiental, impondo multas diversas à Companhia.

3.12 - Imobilizado

	Tempo estimado de vida útil	Taxa média anual de depreciação	Custo histórico	Depreciação acumulada	Controladora e Consolidado	
					30/06/2014	31/12/2013
					Líquido	Líquido
Bens em operação						
Locomotivas	12,5 a 25 anos	6,81%	506.013	(143.754)	362.259	372.345
Vagões	33,3 anos	3,00%	372.963	(73.788)	299.175	305.794
Equipamentos autônomos	5 a 20 anos	11,81%	113.506	(40.710)	72.796	44.661
Equipamentos e aplicativos de informática	5 anos	20,00%	33.768	(22.526)	11.242	11.492
Imóveis	25 a 40 anos	2,88%	24.471	(2.871)	21.600	22.029
Bens administrativos/auxiliares	10 anos	10,00%	16.901	(5.652)	11.249	10.545
Outros ativos	10 anos	10,00%	43.810	(3.520)	40.290	32.480
Veículos	3 a 5 anos	21,11%	11.191	(3.870)	7.321	8.202
Instalações auxiliares/sistemas operacionais	20 anos	5,00%	4.870	(2.036)	2.834	2.899
			1.127.493	(298.727)	828.766	810.447
Adiantamento a fornecedores de imobilizado			1.623		1.623	1.623
Terrenos			1.142		1.142	1.142
Provisão para baixa de ativo			(318)		(318)	(624)
			2.447		2.447	2.141
			1.129.940	(298.727)	831.213	812.588

A Companhia concedeu locomotivas, vagões, veículos e equipamentos em penhora como garantia do juízo, em atendimento às execuções judiciais procedentes de processos judiciais e administrativos, no montante de R\$ 28.468 (31 de dezembro de 2013 - R\$ 31.921).

A movimentação do imobilizado no período findo em 30 de junho de 2014 está sumarizada da seguinte forma:

Custo	Controladora e Consolidado				30/06/2014
	31/12/2013	Adições	Baixas	Transferências entre imobilizado e intangível (a)	
Locomotivas	505.188		(4.120)	4.945	506.013
Vagões	376.511		(6.797)	3.249	372.963
Equipamentos autônomos	80.908			32.598	113.506
Equipamentos e aplicativos de informática	32.111		(152)	1.809	33.768
Imóveis	24.127			344	24.471
Bens administrativos/auxiliares	15.422			1.479	16.901
Outros ativos	34.131			9.679	43.810
Veículos	11.065			126	11.191
Instalações auxiliares/sistemas operacionais	4.830			40	4.870
	1.084.293		(11.069)	54.269	1.127.493
Adiantamento a fornecedores de imobilizado	1.623				1.623
Terrenos	1.142				1.142
Provisão para baixa de ativo	(624)		306		(318)
	2.141		306		2.447
	1.086.434		(10.763)	54.269	1.129.940

(a) Os gastos com ativos imobilizado e intangível são inicialmente registrados como ativo intangível e posteriormente são feitas análises considerando a aplicação do referido ativo (bens próprios ou benfeitorias na concessão). Os ativos relacionados a bens próprios são transferidos para o ativo imobilizado.

Depreciação	Controladora e Consolidado			
	31/12/2013	Adições	Baixas	30/06/2014
Locomotivas	(132.843)	(14.553)	3.643	(143.753)
Vagões	(70.717)	(8.019)	4.948	(73.788)
Equipamentos autônomos	(36.247)	(4.463)		(40.710)
Equipamentos e aplicativos de informática	(20.619)	(1.907)		(22.526)
Bens administrativos/auxiliares	(4.877)	(775)		(5.652)
Veículos	(2.863)	(1.007)		(3.870)
Instalações auxiliares/sistemas operacionais	(1.931)	(105)		(2.036)
Imóveis	(2.098)	(773)		(2.871)
	(273.846)	(33.472)	8.591	(298.727)

Redução do valor recuperável de ativos (“Impairment”)

A Companhia avalia anualmente os eventos ou mudanças de circunstâncias que podem indicar se há evidências de perdas não recuperáveis (impairment), ou seja se o valor contábil de um ativo ultrapassa seu valor de uso.

Em 2013 a Administração concluiu, com base nos acordos de transferência de participação acionária do Grupo VLI, que não seria aplicável a constituição de provisões para possíveis perdas de recuperabilidade de ativos.

3.13 - Intangível

	Tempo estimado de vida útil remanescente	Taxa média anual de amortização	Custo histórico	Amortização acumulada	Controladora e Consolidado	
					30/06/2014	31/12/2013
Direitos de concessão	12,5	4,7%	43.169	(18.099)	25.070	26.094
Softwares adquiridos	5 anos	20%	9.930	(7.936)	1.994	553
			53.099	(26.035)	27.064	26.647
Benfeitorias em propriedades arrendadas						
Via permanente	10 a 12,5 anos	4,25%	2.507.532	(711.029)	1.796.503	1.740.572
Imóveis	12,5 anos	2,58%	164.235	(21.996)	142.239	132.833
Vagões	12,5 anos	3,00%	128.628	(61.832)	66.796	69.767
Locomotivas	12,5 anos	7,56%	179.656	(121.762)	57.894	60.511
Instalações auxiliares/sistemas operacionais	12,5 anos	5,0%	31.162	(7.537)	23.625	24.398
Equipamentos autônomos	5 a 12,5 anos	9,33%	11.750	(7.023)	4.727	5.102
Equipamentos e aplicativos de informática	5 anos	20%	6.929	(4.134)	2.795	3.462
Bens administrativos/auxiliares	10 anos	10%	3.323	(549)	2.774	2.939
Terrenos			15		15	15
Veículos	3 a 5 anos	23,38%	19	(19)	-	-
			3.033.249	(935.881)	2.097.368	2.039.599
Intangível em curso			263.931		263.931	257.959
			3.350.279	(961.916)	2.388.363	2.324.205

As benfeitorias em propriedades arrendadas estão vinculadas ao contrato de arrendamento com a extinta RFFSA, sucedida pela União em 2007 conforme Lei 11.483.

O prazo de amortização das benfeitorias em instalações da via permanente arrendada foi limitado ao período de vigência do contrato de arrendamento.

A Companhia registrou o montante de R\$ 72.939, referente ao valor pago do direito de operação, sendo (i) R\$ 29.770 no ativo imobilizado, que são atribuíveis aos bens relacionados ao trecho transferido, e (ii) R\$ 43.169 no intangível como Direitos de Concessão, por se referir ao valor pago para operar o trecho denominado Malha Paulista (Nota 4).

O intangível em curso é originado dos investimentos correntes plurianuais da Companhia e investimentos de capital. A composição do intangível em curso pode ser demonstrada da seguinte forma:

	Controladora e Consolidado	
	30/06/2014	30/06/2013
Construção e ampliação de pátios e terminais	5.133	9.569
Material rodante - aquisições e modernização	34.114	49.668
Instalações administrativas e de apoio	3.683	3.506
Novas rotas - desenvolvimento e ampliação	32.539	31.463
Oficinas - aquisição de equipamentos e reformas	12.308	9.106
Requalificação e melhorias nos postos de abastecimento	6.029	5.279
Segurança, saúde, meio ambiente - Desenvolvimento sustentável	11.784	4.842
Trens turísticos - melhorias	1.453	447
Via permanente (infraestrutura e superestrutura)	149.087	92.052
Melhoria operação ferroviária	7.801	
	263.931	205.932

O intangível no período findo em 30 de junho de 2014 apresentava a seguinte movimentação:

Custo	Controladora e Consolidado					
	31/12/2013	Adições	Baixas	Transferências	Transferências entre imobilizado e intangível (3.12(a))	30/06/2014
Direitos de concessão	43.169					43.169
Softwares adquiridos	8.356			1.564	10	9.930
	51.525			1.564	10	53.099
Benfeitorias em propriedades arrendadas						
Terrenos	15					15
Via permanente	2.372.723			134.107	702	2.507.532
Locomotivas	177.200		(58)	7.469	(4.955)	179.656
Vagões	131.955		(2.113)	2.035	(3.249)	128.628
Imóveis	152.812			11.766	(344)	164.234
Instalações auxiliares/sistemas operacionais	31.163			40	(40)	31.163
Equipamentos autônomos	11.724			33.326	(33.300)	11.750
Equipamentos e aplicativos de informática	6.878			1.860	(1.809)	6.929
Bens administrativos/auxiliares	3.323			1.479	(1.479)	3.323
Veículos	19			126	(126)	19
Outros	-			9.679	(9.679)	-
	2.887.812		(2.171)	201.887	(54.279)	3.033.249
Intangível em curso	257.959	209.423		(203.451)		263.931
	3.197.296	209.423	(2.171)		(54.269)	3.350.279

Amortização	Controladora e Consolidado			
	31/12/2013	Adições	Baixas	30/06/2014
Via permanente	(632.151)	(78.878)	-	(711.029)
Locomotivas	(116.689)	(5.132)	59	(121.762)
Vagões	(62.188)	(1.757)	2.113	(61.832)
Imóveis	(19.980)	(2.016)		(21.996)
Direitos de concessão	(17.075)	(1.024)		(18.099)
Softwares adquiridos	(7.803)	(133)		(7.936)
Equipamentos autônomos	(6.622)	(401)		(7.023)
Instalações auxiliares/sistemas operacionais	(6.764)	(773)		(7.537)
Equipamentos e aplicativos de informática	(3.416)	(718)		(4.134)
Bens administrativos/auxiliares	(384)	(165)		(549)
Veículos	(19)			(19)
	(873.091)	(90.997)	2.172	(961.916)

3.14 - Fornecedores

	Controladora e Consolidado	
	30/06/2014	31/12/2013
Fornecedores terceiros (a)	109.722	100.469
Fornecedores partes relacionadas	15.783	14.113
	125.505	114.582

(a) Fornecedores terceiros	Controladora e Consolidado	
	30/06/2014	31/12/2013
Mercado interno	94.184	100.136
Mercado externo	15.538	333
	109.722	100.469

3.15 - Obrigações fiscais

	Controladora e Consolidado	
	30/06/2014	31/12/2013
PIS e COFINS	15.528	7.755
ICMS (Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços)	5.759	7.127
Impostos e contribuições retidos na fonte de terceiros	2.495	3.338
ISS (Impostos sobre Serviços)	1.191	1.264
IOF (Imposto sobre Operações Financeiras)	207	207
	25.180	19.691

3.16 - Obrigações sociais e trabalhistas

	Controladora e Consolidado	
	30/06/2014	31/12/2013
Salários e encargos	10.850	17.232
Provisão para férias e 13º salários	21.437	16.181
Benefícios trabalhistas	11.776	10.781
Participação nos resultados	14.768	47.426
	58.831	91.620

3.17 - Arrendamentos e concessões a pagar

	Controladora e Consolidado	
	30/06/2014	31/12/2013
Poder Concedente - União		
Concessão (a)	1.846	1.846
Arrendamento (b)	35.075	35.075
	36.921	36.921
Ferrovia Bandeirantes S/A - FERROBAN		
Concessão (c)	155	150
Arrendamento (d)	2.944	2.844
	3.099	2.994
	40.020	39.915

(a) Concessão dos serviços de transporte ferroviário - Malha Centro-Leste

A concessão dos serviços de transporte ferroviário de carga foi estipulada pelo prazo de trinta anos, conforme contrato assinado em 28 de agosto de 1996 com a União, no montante histórico de R\$ 15.845, dos quais R\$ 3.169 foram pagos à vista. O saldo restante de R\$ 12.676, calculado está sendo pago em 112 parcelas trimestrais de R\$ 470, corrigidas pela variação anual do IGP-DI calculado pela Fundação Getúlio Vargas. Até 30 de junho de 2014, foram pagas 64 (sessenta e quatro) parcelas, sendo a 64ª parcela paga no valor de R\$ 1.846.

(b) Arrendamento dos bens - Malha Centro-Leste

O arrendamento dos bens foi estipulado pelo prazo de trinta anos, de acordo com contrato firmado em 28 de agosto de 1996 com a União, no montante histórico de R\$292.421, dos quais R\$ 51.577 foram pagos antecipadamente. O saldo restante de R\$ 240.844 está sendo pago em 112 parcelas trimestrais de R\$ 8.935 corrigidas pela variação anual do IGP-DI calculado pela Fundação Getúlio Vargas. Até 30 de junho de 2014, foram pagas 64 (sessenta e quatro) parcelas, sendo a 64ª parcela paga no valor de R\$ 35.075.

(c) Concessão dos serviços de transporte ferroviário - Malha Paulista Arrendamento dos bens - FERROBAN - Malha Paulista

A concessão dos serviços de transporte ferroviário de carga e o arrendamento da malha paulista foram estipulados pelo prazo de trinta anos, conforme contrato assinado em 30 de dezembro de 1998, no montante histórico de R\$ 12.252, dos quais R\$ 2.917 foram pagos à vista. O saldo restante de R\$ 9.335 está sendo pago em 112 parcelas trimestrais de R\$ 347, corrigidas pela variação anual do IGP-DI calculado pela Fundação Getúlio Vargas. Sendo que a FCA participa apenas com 35,595% dessa obrigação, levando em consideração que a Companhia vem operando o trecho compreendido entre Araguari/MG e Boa Vista/SP. Até 30 de junho de 2014, foram pagas 55 (cinquenta e cinco) parcelas, sendo a 55ª parcela paga no valor de R\$ 465.

(d) Arrendamento dos bens - Malha Paulista

O arrendamento dos bens foi estipulado pelo prazo de trinta anos, de acordo com contrato firmado em 30 de dezembro de 1998 com a União, no montante histórico de R\$230.160, dos quais R\$ 52.793 foram pagos antecipadamente. O saldo restante de R\$ 177.367 está sendo pago em 112 parcelas trimestrais de R\$ 6.937 corrigidas pela variação anual do IGP-DI calculado pela Fundação Getúlio Vargas. Sendo que a FCA participa apenas com 35,595% dessa obrigação, levando em consideração que a Companhia vem operando o trecho compreendido entre Araguari/MG e Boa Vista/SP. Até 30 de junho de 2014, foram pagas 55 (cinquenta e cinco) parcelas, sendo a 54ª parcela paga no valor de R\$ 8.831.

3.18 - Provisões Operacionais

a) Investimentos

SL Serviços Logísticos Ltda. - A controlada está com as operações inativas. Em 31 de dezembro de 2006 o cálculo da equivalência patrimonial foi efetuado até o limite do saldo do investimento sendo constituída provisão para perda sobre o passivo a descoberto da controlada, que em 30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013 totalizava o montante de R\$ 394, registrado na rubrica "Outras provisões" no Passivo Circulante.

b) Franquia de seguro operacional

Em 2013 a companhia registrou a provisão de franquias de seguros operacionais referente a acidentes ocorridos em sua malha ferroviária; os valores registrados são de R\$ 24.000 (vinte e quatro milhões de reais).

3.19 - Demais Contas a pagar

	Controladora e Consolidado	
	30/06/2014	31/12/2013
Circulante		
Garantias contratuais	1.797	1.797
Adiantamento de clientes	5.082	7.533
Outros passivos circulantes	4.302	4.289
	11.181	13.619
Não circulante		
Indenização contratual a pagar	1.707	
Benefícios a empregados pós-aposentadoria (Nota 3.31)	1.516	895
	3.223	895

3.20 - Adiantamentos para futuro aumento de capital - AFAC

Estes adiantamentos foram concedidos em caráter irrevogável e sem vencimento específico, sendo capitalizados à medida que são aprovados em assembleia geral dos acionistas e também com anuência da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT. A quantidade de ações emitidas em decorrência da capitalização dos AFACs é determinada no momento da aprovação do aumento de capital pelos acionistas, não sendo, portanto, fixadas no momento da concessão dos mesmos. Estes valores foram tratados como instrumento financeiro.

3.21 - Receitas diferidas

	Controladora e Consolidado	
	30/06/2014	31/12/2013
Circulante		
Passagem de fibra ótica (a)	317	317
Contrato de aluguel (b)	39.360	-
Contrato de Opção de Reserva de Capacidade (c)	45.254	-
	84.931	317
Não circulante		
Passagem de fibra ótica (a)	3.488	3.646
	3.488	3.646
	88.419	3.963

- (a) Refere-se à receita antecipada de aluguel da malha ferroviária da Companhia para passagem de fibra ótica de empresa de telecomunicação que está sendo apropriada mensalmente ao resultado pelo período total do contrato firmado com o cliente.
- (b) Refere-se à receita antecipada de aluguel de locomotivas e vagões conforme contrato celebrado entre a Companhia e a VLI Multimodal S.A. O contrato terá vigência de 14 anos e a Companhia receberá anualmente o valor de R\$ 67.698 ajustado pelo IGPM (Índice Geral de Preços Médios).
- (c) Refere-se ao Contrato de Opção de Reserva de Capacidade celebrado entre a Companhia e a VLI Multimodal S.A. Pelo contrato a Companhia será remunerada pela reserva de capacidade da Malha Centro-Leste no valor de R\$ 87.663 anuais, atualizados pelo IGP-M (Índice Geral de Preços Médios). A Companhia deverá ser avisada até o dia primeiro de maio de cada ano da intenção da VLI Multimodal S.A de exercer seus direitos contratuais.

3.22 - Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 30 de junho de 2014 o capital social está representado por 210.197.577.031.248 ações ordinárias e 66.665.012 ações preferenciais, todas nominativas. As ações preferenciais não têm direito a voto e gozarão de prioridade no recebimento do capital, sem prêmio, quando da liquidação da Companhia.

É facultado à Companhia, por deliberação do Conselho de Administração, optar pelo regime escritural para a emissão, registro de propriedade e transferência de uma ou mais classes de ações. Neste caso, a contratação da escrituração e a guarda dos livros de registro e transferência de ações e a emissão de certificados só poderão ser efetuados com instituição financeira autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários a manter esse serviço. A instituição financeira depositária das ações ficará autorizada a cobrar do acionista o custo do serviço de transferência da propriedade das ações escriturais, observados os limites legais.

A Companhia, por deliberação da Assembléia Geral, poderá criar outras classes de ações, resgatáveis ou não, sem guardar proporção com as demais.

Acionistas	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais	Total de Ações
VLI Multimodal S.A.	210.197.536.038.503	55.673.348	210.197.591.711.851
Outros- não controladores	40.992.745	10.991.664	51.984.409
Totais	210.197.577.031.248	66.665.012	210.197.643.696.260

b) Lucro (prejuízo) por ação

Básico e diluído

O lucro (prejuízo) básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro (prejuízo) atribuído aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias apuradas no período.

Não há qualquer efeito de diluição no cálculo do prejuízo por ação.

	Controladora e Consolidado
	30/06/2013
Cálculo da média ponderada para 2013 (210.197.577.031.248)	210.197.577.031.248
Prejuízo do período	(145.390)
Média Ponderada de ações ordinárias em 30 de junho de 2013	210.197.577.031.248
Prejuízo básico e diluído por lote de milhão de ações R\$	(0,69)
	Controladora e Consolidado
	30/06/2014
Cálculo da média ponderada para 2014 (210.197.577.031.248)	210.197.577.031.248
Prejuízo do exercício	(15.450)
Média Ponderada de ações ordinárias em 30 de junho de 2014	210.197.577.031.248
Prejuízo básico e diluído por lote de milhão de ações R\$	(0,07)

3.23 - Receita líquida

	Controladora e Consolidado	
	30/06/2014	30/06/2013
Receita Bruta		
Receita de transporte ferroviário	668.894	580.044
Receita de utilização de pátios	1.125	1.130
Receita de estadia de vagões	2.632	2.266
Receita de aluguel de locomotivas	40.135	486
Receita de partilha de frete	54.883	49.902
Receita de outros serviços	77.866	74.314
	845.535	708.142
Impostos sobre serviços		
ICMS	(34.765)	(34.592)
PIS	(13.124)	(11.589)
COFINS	(60.841)	(53.379)
INSS Desoneração	(8.456)	
	(117.186)	(99.560)
Receita líquida dos serviços vendidos	728.349	608.582

3.24 - Custos dos serviços vendidos

Os custos dos serviços vendidos estão assim representados:

	Controladora e Consolidado	
	30/06/2014	30/06/2013
Pessoal	(131.300)	(135.386)
Encargos sociais	(14.197)	(28.312)
Material	(39.157)	(42.105)
Combustíveis	(148.499)	(138.776)
Serviços contratados	(103.281)	(87.842)
Partilha de frete	(86.580)	(68.768)
Tributos	5.518	(1.112)
Outros	(3.642)	(23.259)
Depreciação	(121.805)	(101.880)
Despesas de arrendamento e concessão	(85.284)	(80.324)
	(728.227)	(707.764)

3.25 - Receitas (despesas) operacionais

a) Despesas com vendas

	Controladora e Consolidado	
	30/06/2014	30/06/2013
Pessoal	(42)	(24)
Encargos sociais	(4)	(7)
Serviços contratados	(3)	(2)
Outras	(1)	(12)
	(50)	(45)

b) Despesas gerais e administrativas

	Controladora e Consolidado	
	30/06/2014	30/06/2013
Pessoal	(630)	(11)
Encargos sociais	(60)	(148)
Material	(1)	(3)
Combustíveis	(5)	(10)
Serviços contratados	(541)	(584)
Tributos	(111)	(115)
Outras	(97)	(38)
Depreciação	(1.252)	(1.205)
	(2.697)	(2.114)

c) Outras receitas (despesas) operacionais

	Controladora e Consolidado	
	30/06/2014	30/06/2013
Outras receitas operacionais		
Venda de materiais	7.531	2.665
Venda de ativos	200	136
Recuperação de despesas	3.848	2.048
Trem Turístico	2.477	1.991
Travessias	1.696	2.615
Multas contratuais	6.676	5.872
Alugueis	1.090	452
Serviços prestados	-	52
Processos trabalhistas	5.965	6.917
Outros	438	161
	29.921	22.909

	Controladora e Consolidado	
	30/06/2014	30/06/2013
Outras despesas operacionais		
Tributárias	(2.823)	(1.662)
Baixa de Ativos	(2.173)	(780)
Estoques	(53)	(57)
Ajuste de estoque	(17)	(143)
Participação no resultado	(169)	(2.690)
Perda de recebíveis	-	(1.139)
Pesquisa e desenvolvimento	(614)	(37.203)
Trem Turístico	(1.562)	(1.704)
Trem Turístico - Depreciação	(1.412)	(1.311)
Outras operacionais	(4.338)	(768)
Franquia de seguros	(11)	
Processos Judiciais	(19.555)	(20.220)
Gastos com auto seguro	(9.071)	
Indenizações	(3.471)	(4.744)
Estimativa de perda para crédito de liquidação duvidosa	(368)	2.547
Provisão para contingências/riscos	4.725	3.005
Passivo Ambiental		(44)
	(40.912)	(66.913)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(10.991)	(44.004)

3.26 - Resultado financeiro

	Controladora e Consolidado	
	30/06/2014	30/06/2013
Receitas financeiras		
Aplicação mercado financeiro	520	616
Juros, taxa e multas de mora	1.619	1.263
	2.294	1.879
Despesas Financeiras		
Despesas com IOF	(59)	(35)
Despesa de carta de fiança	(1.046)	(682)
Multas dedutíveis		(2.595)
Encargos por atraso	(1.428)	(34)
Desconto concedido		
Juros sobre adiantamentos de clientes	(32)	(702)
Juros, taxas e multas	(2.343)	(1.714)
Ajuste a valor presente		
Outras despesas financeiras	(141)	(39)
	(5.049)	(5.801)
Receitas(despesas) com variação monetária e cambial	921	3.877
Resultado financeiro	(1.834)	(45)

3.27 - Imposto de renda e contribuição social

Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia efetua o reconhecimento do imposto diferido baseado nas diferenças temporárias entre o valor contábil e o valor para base fiscal dos ativos e passivos, nos prejuízos fiscais apurados e na base de cálculo negativa de contribuição social sobre o lucro, na medida em que foram consideradas prováveis suas realizações contra resultados tributáveis futuros.

O total dos créditos fiscais reconhecidos e dos não reconhecidos pode ser assim demonstrado:

	Controladora e Consolidado	
	30/06/2014	31/12/2013
Imposto de renda diferido		
Provisão para devedores duvidosos	7.400	7.308
Provisão para contingências	18.117	19.082
Outras provisões	12.001	8.117
Ajustes a valor presente de ativo financeiro	28.868	28.868
Prejuízo fiscal	71.873	60.006
	138.259	123.381
Contribuição social diferida		
Provisão para devedores duvidosos	2.664	2.631
Provisão para contingências	6.522	6.869
Outras provisões	4.320	2.923
Ajustes a valor presente de ativo financeiro	10.392	10392
Base negativa	23.136	18.864
	47.034	41.679
Prejuízo fiscal para imposto de renda	287.492	240.023
Base negativa da contribuição social	257.063	209.595

Tributos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para ser utilizado, com base em projeções de resultados futuros, elaboradas e fundamentadas em premissas internas, em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

A expectativa de realização dos créditos relativo ao prejuízo fiscal, à base negativa da contribuição social, ocorrerá da seguinte forma:

	Controladora e Consolidado	
	30/06/2014	31/12/2013
2015	12.273	12.273
2016	10.694	10.694
2017	17.743	17.743
2018	19.983	19.983
2019	21.126	21.126
2020 em diante	36.311	36.311
	118.130	118.130

Abaixo apresentamos a composição dos tributos diferidos reconhecidos:

	Controladora e Consolidado	
	30/06/2014	31/12/2013
Imposto de renda diferido		
Ajustes a valor presente de ativo financeiro	28.868	28.868
Prejuízo fiscal	60.006	60.006
	88.874	88.874
Contribuição social diferida		
Ajustes a valor presente de ativo financeiro	10.392	10.392
Base negativa	18.864	18.864
	29.256	29.256
Imposto de renda e Contribuição social diferidos	118.130	118.130

3.28 - Informação por segmento de negócios

Considerando que as atividades da Companhia apresentam características econômicas e financeiras similares e visando a adequada avaliação dos efeitos financeiros e dos ambientes econômicos e regulatórios onde atua, a administração da Companhia toma suas decisões e avalia regularmente o desempenho de seus produtos e serviços a partir do agrupamento de suas atividades em um único segmento.

A unificação dos segmentos foi validada com base nos seguintes aspectos:

- A geração de caixa de suas atividades é decorrente das atividades de prestação de serviços de transportes de cargas.
- A metodologia aplicada na prestação de serviços de transportes de cargas é idêntica para todos os clientes, independentemente da categoria.

3.29 - Partes relacionadas

As partes relacionadas apresentadas no quadro abaixo podem ser classificadas da seguinte forma:

Vale S.A.	Controle compartilhado
Mitsui	Controle compartilhado
FI-FGTS	Controle compartilhado
VLI S.A	Controladora indireta
VLI Multimodal S.A.	Controladora direta
SL Serviços Logísticos Ltda.	Controlada
Demais empresas	Ligadas

	Controladora e Consolidado	
	30/06/2014	30/06/2013
Demonstrações do Resultado		
Receita bruta de serviços prestados		
Vale Fertilizantes S.A	40.333	-
Vale S.A	65.013	19.333
VLI Multimodal S.A	312.599	235.620
	<u>417.945</u>	<u>254.953</u>
Receitas financeiras		
Vale Fertilizantes S.A	35	
Vale S.A	194	
	<u>229</u>	
Outras receitas operacionais		
Fundação Vale do Rio Doce - FVRD	-	347
VLI S.A	179	-
Samarco Mineração S.A	-	37
Ferrovia Norte Sul S.A	41	-
Vale Fertilizantes	5.142	-
Vale S.A	608	44
	<u>5.970</u>	<u>428</u>
Custos e despesas		
Custo de intercâmbio/aluguel de locos e vagões		
MRS Logística S.A	-	1.857
Vale S.A	1.499	-
	<u>1.499</u>	<u>1.857</u>
Custo de partilha de fretes		
MRS Logística S.A	9.504	10.114
Vale S.A	66.968	49.660
	<u>76.472</u>	<u>59.774</u>
Previdência Complementar		
Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social - VALIA	1.925	1.905
	<u>1.925</u>	<u>1.905</u>
Despesas financeiras		
Variação monetária - Vale S.A	-	32
	<u>-</u>	<u>32</u>

As análises de vencimentos dessas contas a receber de partes relacionadas estão apresentadas abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2014	31/12/2013	30/06/2014	31/12/2013
A vencer	436.442	326.965	436.442	326.965
Vencidos até 3 meses	26.012	41.086	26.012	41.086
Vencidos de 3 a 6 meses	13.302	9.790	13.302	9.790
Vencidos acima 6 meses	32.574	29.547	32.180	29.153
	<u>508.330</u>	<u>407.388</u>	<u>507.936</u>	<u>406.994</u>

Os créditos com empresas ligadas no circulante e não circulante representam os valores que a FCA tem a receber pela venda de seus serviços, materiais de estoque e/ou itens do imobilizado disponibilizados para venda.

As dívidas com empresas ligadas no circulante e não circulante representam os valores que a FCA tem a pagar pela compra de serviços, materiais e/ou itens para o ativo imobilizado.

Os adiantamentos para futuro aumento de capital são recursos recebidos pela FCA, de seu acionista controlador VLI Multimodal S.A, a serem utilizados com a finalidade de aumentar o capital social (nota 3.21).

Os intercâmbios de locomotivas e vagões são processos inerentes às atividades de transporte ferroviário de cargas no Brasil. Os custos representam os valores gastos com a utilização de material rodante de outras concessionárias.

A remuneração do pessoal-chave da administração da Companhia, composto exclusivamente pelos diretores estatutários, é paga integralmente pela controladora VLI S.A., sem o respectivo reembolso.

REFIS - Contrato de cessão de créditos fiscais

Com o advento da Lei 12865/13 - 09 de outubro de 2013 - § 7º os contribuintes poderiam liquidar os passivos junto a Receita Federal decorrentes de multas e juros moratórios, inclusive relativos a débitos inscritos em dívida ativa, com a utilização de créditos de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) próprios e de empresas domiciliadas no Brasil, por eles controladas em 31 de dezembro de 2011.

Em 31 de dezembro de 2012 a FCA registrava em seus livros fiscais saldos de prejuízos fiscais de imposto de renda no montante de R\$ 1.412 milhões e base negativa da contribuição social no montante de R\$ 1.457 milhões resultantes dos prejuízos acumulados nos últimos anos. A título destas, a FCA poderia gozar de R\$ 484 milhões em créditos fiscais no decorrer dos exercícios seguintes. A VALE S.A. detentora indireta de participação em ações emitidas pela FCA decidiu, em virtude do programa governamental que permitiria as empresas, se beneficiar das bases tributárias e adquirir as bases tributárias negativas das sociedades controladas.

Em Novembro de 2013 a VALE e FCA celebraram contrato atípico e sem precedentes de cessão de créditos fiscais. Este contrato foi firmado considerando as autorizações contidas na Lei nº12865/13(REFIS).

Em consonância com as premissas e estimativas aplicadas em seu plano de negócio, a FCA decidiu por ajustar ao valor presente a operação considerando uma taxa de desconto de 7,8%.

De acordo com o contrato de cessão dos créditos fiscais a VALE pagará à FCA os seguintes valores:

1ª parcela à vista - A FCA transferiu através da opção exercida pela VALE o montante nominal de R\$ 121 milhões de créditos fiscais, sem nenhuma condicionante ou realização de prejuízos fiscais e bases negativas. Ficou ajustado entre as partes que esta parcela seria paga à vista com deságios, considerando que o valor da operação foi inicialmente ajustado ao valor presente o saldo desta parcela estava registrado pelo valor justo de R\$ 82,5 milhões. O ajuste a valor presente desta parcela foi de R\$ 38,4 milhões; e considerando o custo de oportunidade do recebimento a vista desta primeira parcela, foi concedido um desconto adicional de R\$ 22,2 milhões de reais. Esta parcela que representa 25% do total nominal dos créditos fiscais e foi paga no ato do exercício da opção pela VALE, no montante de R\$60 milhões.

Demais parcelas - A devolução será realizada com base no montante anual equivalente ao benefício econômico que a FCA teria se ainda fosse titular dos créditos fiscais, ou seja, a VALE devolverá periodicamente à FCA os valores dos benefícios fiscais que esta faz jus na medida em que esta apurasse lucros tributáveis, até o limite do valor nominal dos créditos transferidos, no valor total de R\$ 484 milhões, deduzidos da 1ª parcela no montante de R\$ 121 milhões, restando, portanto, o saldo nominal de R\$ 363 milhões.

Considerando que a devolução das demais parcelas ficarão condicionadas ao aproveitamento dos créditos fiscais, estando incluídas neste caso, mas não se limitando, a apuração do lucro tributável, a realização de reestruturação societária, a edição de legislação que permita o pagamento à vista ou parcelamento de débitos de sua titularidade com a utilização dos créditos fiscais ou qualquer alteração legislativa, a taxa adotada para mensuração dos ajustes a valor presente foi de 7,8% a.a.

3.30 - Previdência privada

Conforme previsto no Edital de Privatização, uma das obrigações da Companhia era implantar um plano de previdência privada em substituição ao plano da REFER - Fundação Rede Ferroviária de Seguridade Social.

A partir de outubro de 2000, foi implantado na Companhia o plano da VALIA - Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social, entidade jurídica sem fins lucrativos, instituída em 1973, tendo por finalidade suplementar benefícios previdenciários aos empregados da VALE e suas controladas e coligadas que participam ou venham a participar do plano.

A Companhia, sua controladora e diversas empresas do Grupo Vale são patrocinadoras da VALIA.

Plano de Benefício - FCA

Foi elaborado tendo por base os mais modernos conceitos no âmbito da Previdência Complementar de benefícios programáveis, que são do tipo contribuição definida desvinculados da concessão de benefícios da Previdência Social. Contempla também o Benefício Diferido por Desligamento (“*Vesting*”), que permite ao participante manter-se vinculado ao plano sem que sejam necessárias contribuições futuras, além dos chamados benefícios de risco (aposentadoria por invalidez e pensão por morte).

Outra vantagem prevista pelo plano é que este permite, em caso de desligamento da Fundação, a devolução da totalidade das contribuições do participante e até 80% das contribuições da patrocinadora, acrescidas da rentabilidade dos investimentos. Este plano foi implementado em outubro de 2000 e para ele migraram quase todos os empregados então ativos da Companhia. Em 30 de junho de 2014, 4.663 empregados e vinculados contribuintes haviam aderido ao plano (31 de dezembro de 2013 - 4.509).

As contribuições da Companhia para o Plano de Benefícios FCA, são como segue:

- Contribuição ordinária - Destina-se à acumulação dos recursos necessários à concessão dos benefícios de renda, é idêntica à contribuição dos participantes e limita-se a 9% dos seus salários de participação, no que exceder a dez unidades de referência do plano.
- Contribuição extraordinária - Pode ser realizada a qualquer tempo, a critério das patrocinadoras.
- Contribuição normal - Para custeio do plano de risco e das despesas administrativas, fixadas pelo atuário quando da elaboração das avaliações atuariais.
- Contribuição Especial - Destinada a cobrir qualquer compromisso especial porventura existente.

As despesas reconhecidas relacionadas ao plano de contribuição definida no período findo em 30 de junho de 2014 totalizaram R\$ 1.925 (30 de junho de 2013 - R\$ 1.905).

A Companhia não registrou em seu balanço patrimonial nenhum ativo decorrente de avaliações atuariais anteriores, por não haver, claramente, evidência de probabilidade de sua realização.

A Companhia é participante e responsável pela cobertura proporcional de qualquer insuficiência nas reservas técnicas da Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social - VALIA.

Não foram apuradas contribuições para formação de reservas técnicas a serem efetuadas pela Companhia nos exercícios findos em 30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013.

Premissas atuariais e econômicas

Todos os cálculos atuariais envolvem projeções futuras acerca de alguns parâmetros, tais como: salários, juros, inflação, comportamento dos benefícios do INSS, mortalidade, invalidez, etc. Nenhum resultado atuarial pode ser analisado sem o conhecimento prévio do cenário de hipóteses utilizado na avaliação.

As premissas atuariais econômicas adotadas foram formuladas considerando-se o longo prazo previsto para sua maturação, devendo, por isso, serem analisadas sob essa ótica. Portanto, a curto prazo, elas podem não ser necessariamente realizadas.

Na avaliação atuarial efetuada para 30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013, foram adotadas as seguintes premissas atuariais e econômicas:

Principais premissas atuariais	Controladora e Consolidado	
	30/06/2014	31/12/2013
Média Ponderada das premissas para determinar a obrigação de benefício definido		
1. Taxa nominal de desconto	12,68%	12,68%
2. Taxa nominal de crescimento salarial	9,18%	9,18%
3. Taxa de inflação estimada no longo prazo	6,00%	6,00%
4. Taxa nominal de reajuste de benefícios	6,00%	6,00%
Média ponderada de premissas para determinar o custo / (receita) do benefício definido		
1. Taxa nominal de desconto	9,72%	9,72%
2. Taxa nominal de crescimento salarial	8,15%	8,15%
3. Taxa de inflação estimada no longo prazo	5,00%	5,00%
4. Taxa nominal de reajuste de benefícios	5,00%	5,00%
5. Tábua de mortalidade	AT 83 Male	AT 83 Male
Expectativa de vida esperada para aposentadoria aos 65 anos		
1. Aposentadoria hoje (idade atual 65 anos)	18,6307	18,6307
2. Aposentadoria daqui a 25 anos (idade atual 40 anos)	18,6307	18,6307

3.31 - Gestão de riscos financeiros

Estimativa de valor justo

Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros são determinados com base em informações de mercado disponíveis e metodologias de valorização apropriadas e não divergem significativamente dos saldos contábeis. O uso de diferentes premissas de mercado e/ou metodologias de estimativa poderiam causar um efeito diferente nos valores estimados de mercado.

Os principais instrumentos financeiros da Companhia em 30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013 eram caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, adiantamentos para futuro aumento de capital, fornecedores e partes relacionadas, cujos valores contábeis aproximavam-se dos correspondentes valores de realização.

Fatores de risco financeiro

As atividades da FCA a expõem aos riscos financeiros de mercado (incluindo o risco de preço e risco de taxa de juros de fluxo de caixa) risco de crédito e risco de liquidez.

A Companhia não contratou quaisquer operações com instrumentos financeiros derivativos em 30 de junho de 2014 e em 31 de dezembro de 2013.

A gestão de risco é efetuada de forma centralizada no contexto do Grupo VLI.

a) Risco de Mercado

Risco de preço

Considerando a natureza dos negócios e operações da FCA, o principal fator de risco de mercado aos quais a Companhia está exposta são preços de produtos, insumos e outros custos.

O aumento dos custos de insumos, como por exemplo, o óleo diesel (principal insumo), levaria a um aumento do frete ferroviário, e poderia deixar os produtos agrícolas em desvantagem no mercado externo refletindo diretamente nos resultados da Companhia.

Risco cambial

Esse risco decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio que aumentem valores relacionados às importações de estoque e imobilizado.

Em 30 de junho de 2014, a Companhia possuía passivos denominados em dólares norte-americanos no montante de R\$ 15.538 (31 de dezembro de 2013 - R\$ 333).

Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

Exceto pelo arrendamento e concessão a pagar (Nota 3.17), não há ativos ou passivos significativos com incidência de juros, o resultado e os fluxos de caixa operacionais da Companhia são, substancialmente, independentes das mudanças nas taxas de juros do mercado.

b) Risco de crédito

O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de depósitos e aplicações em instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber de clientes em aberto.

As atividades da Companhia compreendem a prestação de serviços de transporte ferroviário de carga geral. O principal fator de risco de crédito que afeta o negócio é a concessão de crédito aos clientes terceiros. Para minimizar as possíveis perdas com inadimplência, é adotada uma política de gestão rigorosa na concessão de crédito, consistindo em análises criteriosas do perfil dos clientes, bem como um sistema que permite o bloqueio automático de vendas a clientes acima do limite estabelecido e com atrasos nos pagamentos de suas faturas. Também deve ser destacado que a prestação de serviços, pelas características dos produtos transportados e dispersão de clientes, não apresentam concentrações relevantes, existindo natural diluição de riscos de realização de contas a receber de clientes terceiros com consequente minimização de perdas individuais.

Atualmente o maior cliente individual da Companhia é sua controladora direta VLI Multimodal.

Em 30 de junho de 2014, a Companhia constituiu provisão para cobrir eventuais perdas com contas a receber no montante de R\$ 29.601 (31 de dezembro de 2013 - R\$ 29.233).

c) Risco de liquidez

O risco de liquidez surge da possibilidade de não poder cumprir com as obrigações contratadas nas datas previstas e necessidades de caixa devido às restrições de liquidez do mercado.

O acompanhamento da política de gestão dos ativos e passivos financeiros da Companhia é feito sistematicamente pelo Conselho de Administração. A administração desses recursos é efetuada por meio de estratégias operacionais visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança.

A política envolve uma análise criteriosa das contrapartes da Companhia por meio da análise das demonstrações contábeis, patrimônio líquido e “*rating*” visando auxiliar a Companhia a manter a liquidez desejada, a definir nível de concentração de suas operações, a controlar grau de exposição aos riscos do mercado financeiro e a pulverizar o risco de liquidez.

Os passivos financeiros da Companhia em 30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013 estão classificados no passivo circulante e não circulante considerando os prazos de vencimento.

Instrumentos financeiros por categoria

Abaixo relacionamos os instrumentos financeiros por categoria em 30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013 correspondem:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2014	31/12/2013	30/06/2014	31/12/2013
Recebíveis				
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	9.693	15.619	9.693	15.619
Contas a receber	562.101	446.649	561.707	446.255
Contas a receber - RFFSA (União)	61.708	53.493	61.708	53.493
	<u>633.502</u>	<u>515.761</u>	<u>633.108</u>	<u>515.367</u>
Outros passivos financeiros				
Passivos				
Fornecedores	125.505	114.582	125.505	114.582
Adiantamentos para futuro aumento de capital	2.343.273	2.140.333	2.343.273	2.140.333
	<u>2.468.778</u>	<u>2.254.915</u>	<u>2.468.778</u>	<u>2.254.915</u>

Gestão de capital

A política da Administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A gestão de capital da Companhia é realizada no contexto do Grupo VLI. A origem de recursos se baseia em capital próprio, não havendo a captação de recursos de terceiros.

O passivo líquido de caixa e equivalentes de caixa, em relação ao patrimônio líquido no final do período é apresentado a seguir. O indicador atual demonstra que as atividades são mantidas preponderantemente com os recursos provenientes de seus acionistas.

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2014	31/12/2013	30/06/2014	31/12/2013
Total passivo	2.793.590	2.526.004	2.793.196	2.525.610
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(9.693)	(15.619)	(9.693)	(15.619)
	<u>2.783.897</u>	<u>2.510.385</u>	<u>2.783.503</u>	<u>2.509.991</u>
Patrimônio líquido	1.513.723	1.529.173	1.513.723	1.529.173
Adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC)	2.343.273	2.140.333	2.343.273	2.140.333
Total patrimônio líquido+ AFAC	<u>3.856.996</u>	<u>3.669.506</u>	<u>3.856.996</u>	<u>3.669.506</u>
	<u>72,18%</u>	<u>68,41%</u>	<u>72,17%</u>	<u>68,40%</u>

3.32 - Compromissos

Os gastos contratados, mas ainda não incorridos no contexto das demonstrações contábeis correspondem exclusivamente a compromissos assumidos pela Companhia referentes às concessões e arrendamentos da Malha Centro Leste e da Malha Paulista. Os compromissos assumidos podem ser resumidos conforme abaixo:

	Malha Centro Leste	Malha Paulista
Quantidade de parcelas totais	112	112
Periodicidade de pagamento	Trimestral	Trimestral
Índice de atualização das parcelas	IGP-DI (FGV)	IGP-DI (FGV)
Quantidade de parcelas pagas até 30 de junho de 2014	64	55
Valor da última parcela paga		
- Concessão	1.846	465
- Arrendamento	35.075	8.831

4 - Administração - Conselheiros e Diretores

Conselho de Administração

Marcello Magistrini Spinelli

Presidente

Eduardo Henrique Périgo

Pedro de Campos Azevedo

Marcos Antonio Laranja Pinto

Paulino Rodrigues de Moura

Suplente

Paulo de Tarso Pessanha

Diretoria

Marcello Magistrini Spinelli

Diretor-Presidente e de Relações com Investidores

Marcus Vinícius de Faria Penteado

Diretor Financeiro

Silvana Alcântara Oliveira de Souza

Diretora de Desenvolvimento de Negócios

Rodrigo Saba Ruggiero

Diretor Operacional

Fabiano Bodanezi Lorenzi

Diretor Comercial

Fabio Stewson de Souza

Contador - CRC-MG 45.913/O-6